

# Entre elites

## Carlistas, lulistas e a configuração política da Bahia

Between elites

Carlists, Lulists and the political configuration of Bahia

Ana quele passos\*

maurício ferreira silva\*\*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2024.170.011>

Reprodução/Facebook



Campanhas lulista (acima) e carlista (abaixo) nas ruas de Salvador durante disputa eleitoral de 2022



## RESUMO

Este estudo aborda o perfil sociopolítico das elites políticas na Bahia, com foco na análise comparativa entre o carlismo e o lulismo, grupos de poder que protagonizam a representação política do estado após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Para o entendimento dessa dualidade representativa, o quadro analítico aqui utilizado incluiu os governadores, os deputados federais e os senadores eleitos em nove processos eleitorais entre os anos de 1990 e 2022. A pesquisa utilizou a estatística descritiva e teve a coleta realizada através do *Portal de Dados Abertos do TSE* (Tribunal Superior Eleitoral). A unidade de observação correspondeu às biografias individuais, e a unidade de análise, aos representantes do carlismo (membros do extinto Partido da Frente Liberal — PFL —, do sucessor Democratas — DEM — e do atual União Brasil) e do lulismo (reunidos no Partido dos Trabalhadores — PT) na Bahia. Os resultados evidenciam que, mesmo vinculados a espectros ideológicos distintos, carlistas e lulistas apresentam perfis semelhantes, exprimindo a sobrerrepresentação de homens, com alto grau de escolaridade e oriundos de profissões liberais, convergindo para o quadro das elites nacionais.

**Palavras-chave:** Representação política. Elites políticas. Política baiana. Carlismo. Lulismo.

## ABSTRACT

This study addresses the sociopolitical profile of political elites in Bahia, focusing on the comparative analysis between Carlism and Lulism, power groups that played a leading role in the political representation of the state after the promulgation of the 1988 Federal Constitution. To understand this representative duality, the table included governors, federal deputies and senators elected in nine electoral processes between the years 1990 and 2022. The research used descriptive statistics; the data was collected through the *Open Data Portal* of the Superior Electoral Court of Brazil. The observation unity were individual biographies, and the analysis unity were representatives of Carlism (members of the extinct Liberal Front Party — PFL — and its successor Democrats — DEM —, currently Brazil Union) and Lulism (united in the Workers' Party — PT) in Bahia. The results show that, even linked to different ideological spectrums, Carlists and Lulists present similar profiles, expressing the overrepresentation of men, with a high level of education and from liberal professions, converging towards the framework of national elites.

**Keywords:** Political representation. Political elites. Bahian politics. Carlism. Lulism.

## 1. INTRODUÇÃO

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a representação política no estado da Bahia foi capitaneada por dois grupos de espectros ideológicos distintos, que se identificavam com atores de relevante influência no cenário político local e nacional: Antônio Carlos Magalhães<sup>1</sup> e Luiz Inácio Lula da Silva. Emerge de tal influência o que a literatura especializada definirá como carlismo e lulismo, ou seja, grupos formados por elites políticas que lideraram os principais postos de representação do estado.

Em termos conceituais, o carlismo é definido como “um conjunto de políticas e políticos no estado da Bahia ligados à forte liderança de Antônio Carlos Magalhães (ACM)” (Pereira, 2017). Assim, deve ser entendido como um conjunto de inter-relações protagonizadas por um ator que partiu do âmbito estadual e logo passou a incidir como uma figura-chave na política nacional. No outro lado do espectro, o lulismo pode ser definido como a base da popularidade de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), que se baseia nas ligações personalistas dos eleitores ao seu carisma, história pessoal, estilo retórico e/ou políticas governamentais (Samuels; Zucco, 2014; Singer, 2012).

Este trabalho tem como objetivo geral analisar comparativamente os perfis sociopolíticos dos membros dos dois grupos no âmbito da representação política no estado após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Tal objetivo subdividiu-se em dois focos principais: entender a configuração geral da relação da representação com os grupos políticos e a configuração do perfil dos representantes oriundos dessas disputas. Nosso entendimento é de que o estado, mesmo experimentando no período o predomínio dessa dualidade, elege representantes identificados com os perfis elitistas que configuram a representação política nacional.

Inicialmente o trabalho tomou a análise documental como principal instrumento de coleta e tratamento dos dados. Visando explorar e compreender as questões levantadas, a interpretação dos dados considerou o uso da estatística descritiva. A coleta dos dados foi realizada através de fontes secundárias, tais como as bases disponibilizadas pelo *Portal de Dados Abertos do TSE* (Tribunal Superior Eleitoral). Também foram consultadas as fichas biográficas cedidas pelo Centro de Documentação e Informação (Cedi) da Câmara dos Deputados e dados biográficos organizados e publicados pelo portal do Senado Federal.

Além desta introdução e das considerações finais, este artigo está organizado em outras quatro seções. A próxima retrata a formação da dualidade do processo representativo baseada nos dois grupos políticos, enquanto as três subsequentes apresentam os resultados da coleta de dados sobre as disputas eleitorais e os perfis da representação política no Executivo estadual, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

## 2. A CONSTRUÇÃO DA DUALIDADE ELITISTA NA BAHIA

O crescimento do carlismo ocorreu durante o regime militar iniciado em 1964, contudo foi no período que marca a redemocratização do país que se consolidou o domínio da

<sup>1</sup> Médico de formação e filho de Francisco Peixoto de Magalhães Neto, deputado constituinte de 1934 a 1937, Antônio Carlos Magalhães (1927-2007) integrou o quadro da representação política institucional da Bahia em diversas oportunidades, tanto no Poder Executivo quanto no Legislativo. Foi deputado estadual, federal, senador, prefeito da cidade de Salvador e governador. Tendo sido um dos principais defensores do regime militar instaurado após o golpe militar de 1964, foi beneficiado com mandatos biônicos, o que lhe propiciou maior inserção na dinâmica do poder político local. Sua trajetória evidencia a construção da figura de um líder político carismático de forte presença na realidade política baiana. Tal prestígio, além de contribuir com sua projeção nacional, sobretudo a partir da década de 1990, constituiu importante capital político, que influencia as disputas eleitorais da atualidade.

O resultado da eleição de 2006 para o governo estadual da Bahia, além de configurar o início da alternância de poder, também evidencia a ocorrência da chamada eleição de mudança, ou “eleição crítica”, que, em linhas gerais, é definida como um tipo de eleição que altera o equilíbrio e o domínio de poder entre as forças políticas

representação política baiana. Ao considerar tal contexto e as diversas interpretações, Dantas (2003) adota uma definição peculiar para esse grupo político:

O carlismo é uma política baiano-nacional nascida de aspirações modernizantes de uma elite regional, nos marcos da chamada revolução passiva brasileira e na perspectiva de um autoritarismo instrumental. Adota, como diretriz, simultânea atuação na política institucional, na estrutura da administração pública e na interface destas com o mercado, e, como estratégia, a sustentação regional da ordem social competitiva, ligando-se, pragmaticamente, ao campo político liberal (Dantas, 2003, p. 213).

Na década de 1990, ACM firma seu monopólio político como simbologia de modernização no estado. Formou a sua base de apoio mediante a combinação estratégica de atores políticos que dispunham ora de capital político e econômico, ora de expertise técnica. Ocupou por três mandatos o governo estadual, elegeu sucessores e consolidou maioria parlamentar na Assembleia Legislativa e no Congresso Nacional. Em paralelo, as articulações políticas e os acordos partidários foram instrumentos que garantiram as vitórias nas disputas eleitorais, assim como mantiveram o alinhamento político do eleitorado baiano e da representação eleita.

Nesse contexto, o carlismo também obteve o controle e o apoio de grande número de poderes executivos municipais. Na capital baiana, influenciou notadamente a formação do quadro da representação política local. Tamaña influência foi resultado do alinhamento de uma parcela majoritária da população ao modelo de governança exercido segundo os moldes do líder carlista, com ênfase no caráter tradicional e conservador (Dantas, 2003). Ou seja, o grupo carlista exercia um comando político vertical e centralizador sobre as bancadas e bases municipais. A sua política mostrava grande capacidade em fazer alianças, cooptar inimigos potenciais e se reconciliar com eles, ou seja, sua legitimação se dava por via da coação ou cooptação de atores sociais e políticos de oposição. Por décadas, a permanência de atores políticos em seus postos dependia estritamente do alinhamento político deles a ACM, e essa estratégia constituiu a práxis da política do carlismo.

Todavia, o carlismo do início do século XXI padece de uma série de escândalos, redução de influência e fragilidade no interior da oligarquia estadual. Como aponta Ribeiro (2014), a ideia de que a debilidade do Partido da Frente Liberal (PFL) após 2002 deveu-se à passagem do partido para a oposição é amparada, em primeiro lugar, por números da

migração partidária que afetaram a legenda. Mesmo após a criação do Democratas (DEM), partido político sucessor, observou-se um quadro que expressa o enfraquecimento do grupo que por décadas situou-se à frente ou na base dos governos nacionais e subnacionais.

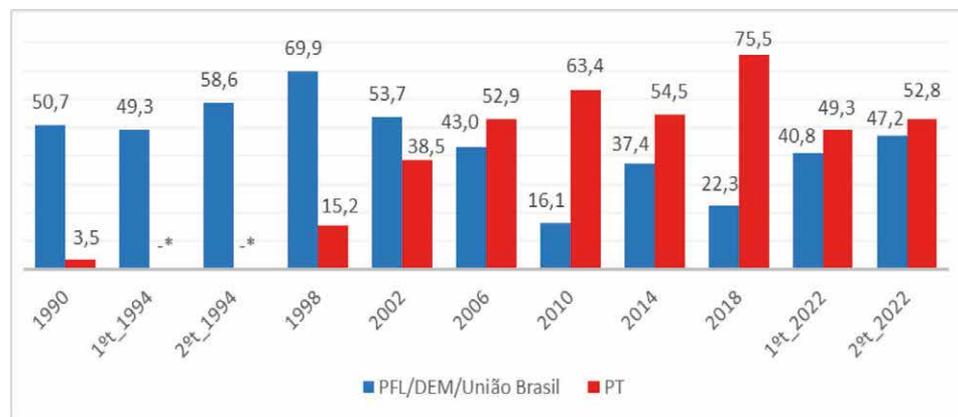
A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República em 2002, superando José Serra, candidato apoiado pelo carlismo, iniciou uma nova fase no processo. Tal resultado, agregado ao novo cenário nacional oriundo do primeiro governo Lula, contribuiu em 2006, de forma decisiva, para o sucesso eleitoral de Jaques Wagner, que venceu o pleito para o governo do estado no primeiro turno, superando Paulo Souto, candidato do grupo carlista. Dessa forma, é possível aferir que o ano de 2006 marca a transição do predomínio do carlismo para o lulismo no estado.

Em termos políticos, essa guinada ideológica resulta do fortalecimento do capital político de Lula, capitaneado principalmente pelo desenvolvimento socioeconômico do país. Como apontam Carvalho e Santos (2015), a consolidação da federalização de políticas sociais redistributivas serviu como estratégia de campanha em favor da candidatura do maior adversário político do carlismo. Nesse sentido, o formato de implementação das políticas públicas do governo petista interferiu nas articulações carlistas, ocasionando a abertura ou o aumento do apoio dos municípios baianos ao Partido dos Trabalhadores no estado.

### 3. A DUALIDADE NO EXECUTIVO ESTADUAL

Esta seção discute a alternância de poder entre os grupos carlista e lulista à frente do governo estadual da Bahia. A partir de 2003 o carlismo se tornou oposição ao arranjo partidário de centro-esquerda protagonizado pelo PT na esfera federal, o que desencadeou uma série de impasses que influenciaram diretamente na sua conformidade e conseqüente esmorecimento. O gráfico a seguir apresenta o resultado das disputas eleitorais para o governo do estado entre os pleitos de 1990 e 2022. Veremos como a reeleição nacional de Lula em 2006 foi determinante para o enfraquecimento do carlismo, que na sequência perdeu o comando do governo subnacional.

**Gráfico 1 — Porcentagem de votos obtidos pelos candidatos do PFL/DEM/ União Brasil e do PT ao Governo da Bahia entre 1990 e 2022**



Fonte: elaborado pelos autores, com base em Brasil (s.d.).

Nota: (\*) Em 1994, o PT não lançou candidato próprio ao governo estadual.

No período examinado, o carlismo elegeu na Bahia 3 governadores, que exerceram 4 mandatos, ao passo que o lulismo elegeu 3 governadores, que exerceram 5 mandatos. Importante ressaltar que o pleito de 2006 foi um marco que indica o início “oficial” do que denominamos aqui de dualidade política na Bahia, isto é, a alternância político-partidária da administração do governo estadual, que por anos foi chefiado pelos carlistas.

O resultado da eleição de 2006 para o governo estadual da Bahia, além de configurar o início da alternância de poder, também evidencia a ocorrência da chamada eleição de mudança, ou “eleição crítica”, que, em linhas gerais, é definida como um tipo de eleição que altera o equilíbrio e o domínio de poder entre as forças políticas de um país, sendo promovida especialmente pela mudança do comportamento do eleitorado (Key, 1955). Essa alteração do padrão de decisões do eleitor segue mobilizada por diversas clivagens sociais, com o resultado da mudança tendendo a ser permanente. Ora, é exatamente isso que é possível observar a partir de 2006, visto que os resultados das eleições estaduais de 2010, 2014, 2016, 2018 e 2022 ratificam a durabilidade de um realinhamento político quanto à escolha e à preferência do eleitorado baiano.

Em relação às variáveis do perfil sociopolítico, observou-se que os dois grupos de elites políticas se assemelham.

### Quadro 1 — Perfil dos governadores baianos eleitos entre 1990 e 2022

Governador	Partido	Sexo	Área de formação	Ocupação profissional
ACM	PFL	Masculino	Medicina	Médico
César Borges	PFL	Masculino	Engenharia	Engenheiro Civil
Paulo Souto	PFL	Masculino	Geologia	Geólogo
Jaques Wagner	PT	Masculino	Engenharia (curso incompleto)	Político
Rui Costa	PT	Masculino	Economia	Economista
Jerônimo Rodrigues	PT	Masculino	Engenharia Agrônômica	Professor universitário

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Brasil (s.d.).

O retrato dos governadores baianos revela características semelhantes, mesmo entre atores filiados a bases ideológicas distintas. Destacamos que os dois grupos foram compostos por homens, que em sua maioria apresentavam alto status de formação, com profissões símbolo de alto prestígio social. Os aspectos destacados também evidenciam a congruência entre o perfil social da elite política estadual e o padrão da elite nacional. Outro aspecto sintomático diz respeito ao tempo de carreira política desses atores antes de serem eleitos governadores no período analisado, conforme mostram os dados abaixo.

**Tabela 1 — Número de mandatos e anos de carreira política dos eleitos para o Governo da Bahia — 1990-2022**

Governador (PFL/DEM/União Brasil)	Nº de mandatos	Anos de carreira	Governador (PT)	Nº de mandatos	Anos de carreira
ACM	7	28	Jaques Wagner	3	12
César Borges	3	12	Rui Costa	3	12
Paulo Souto	1	4	Jerônimo Rodrigues	0	0
<b>Média</b>	3,66	14,66	<b>Média</b>	2	8
<b>Mediana</b>	3	12	<b>Mediana</b>	3	12
<b>Desvio-padrão*</b>	2,49	9,97	<b>Desvio-padrão*</b>	1,41	5,65
<b>CV** (%)</b>	66,6	67,8	<b>CV** (%)</b>	70,7	14,2

Fonte: elaborado pelos autores, com base em Brasil (s.d.).

Notas:

(\*) Medida estatística que quantifica a dispersão ou a variabilidade de um conjunto de dados em relação à sua média.

(\*\*) Coeficiente de variação: corresponde a quanto o desvio-padrão representa em relação à média ( $CV = s/X \times 100$ ).

O tempo de carreira dos eleitos pelo PFL/DEM/União Brasil apresenta desvio-padrão e coeficiente de variação mais altos que o dos governadores eleitos pelo PT. A variabilidade no tempo de carreira política dos governadores carlistas foi de 67,8%. Isso significa que a duração dessas carreiras políticas variou muito em relação à média de 14,66 anos. Essa alta dispersão explica-se porque ACM teve 28 anos de carreira, enquanto Paulo Souto teve apenas 4 anos. O coeficiente de variação de 14,2% mostra uma dispersão muito menor nos anos de carreira dos governadores do PT, indicando um tempo de carreira política mais próximo da média.

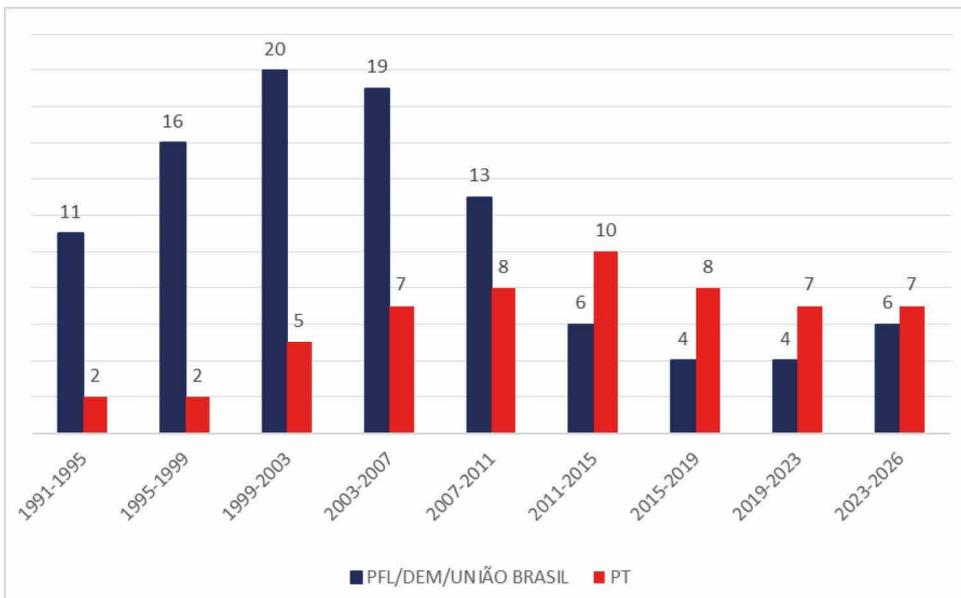
Em ambos os grupos, os governadores eleitos tinham carreiras políticas consolidadas por mandatos anteriores, com exceção de Jerônimo Rodrigues (PT), que em 2022 venceu o primeiro cargo eletivo a que concorreu. Rodrigues, por outro lado, enquadra-se no campo do capital político delegado, entendido como o capital originário do próprio campo político ou estatal. Esse tipo de capital pode advir, por exemplo, de mandatos eletivos anteriores, de ocupação de cargos públicos (de confiança) no Poder Executivo e da militância partidária (Miguel, 2003, p. 121).

#### 4. O PERFIL DA DUALIDADE BAIANA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

A presença de carlistas e lulistas na representação baiana da Câmara Federal foi analisada a partir da filiação partidária, PFL/DEM/União Brasil ou PT. No período analisado (1990-2022), fica evidente uma maior presença de parlamentares carlistas nas primeiras legislaturas. O PT conquistou o maior número de cadeiras no quadro da representação nas legislaturas mais recentes, sendo que o crescimento observado seguiu alinhado à ampliação da influência petista em âmbito nacional.

Quando se investiga a composição do PFL/DEM/ União Brasil e do PT, partidos de maior influência política do estado, verifica-se que a representação está centrada na eleição de homens. A diminuta presença feminina entre os representantes desses partidos reflete os índices do cenário nacional

**Gráfico 2 — Número de deputados federais do PFL/DEM/União Brasil e do PT eleitos pela Bahia desde 1991**



Fonte: elaborado pelos autores, com base em Brasil (s.d.).

No quadro total que corresponde às nove legislaturas analisadas, PFL, DEM e União Brasil elegeram 47 deputados federais, que exerceram 99 mandatos, ao passo que o PT elegeu 23 deputados federais, que atuaram em 56 mandatos. Nas legislaturas entre 1991 e 2011, o PFL/DEM obteve maior número de eleitos que o PT no estado, quadro que se inverte daí em diante. As curvas de crescimento e decréscimo quanto ao número de parlamentares eleitos pelo PFL/DEM/União Brasil e PT evidenciam a dinâmica da dualidade política entre o carlismo e o lulismo na composição da bancada da representação do estado.

O capital político é um dos fatores decisivos para o sucesso eleitoral, contribuindo para a hegemonia de elites específicas. Quando associado à questão de gênero, verifica-se maior tendência nesse sentido. Por efeito, a cultura política hegemônica corrobora a ma-

nutrição dos homens nos espaços de poder em função de aspectos socioculturais, dentre outros que dificultam a trajetória política de mulheres (Miguel; Biroli, 2010).

**Tabela 2 — Distribuição de deputados federais do PT e PFL/DEM/União Brasil eleitos pela Bahia, por gênero — 1990-2022**

Partido		Parlamentares			Mandatos		
		Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total
PT	nº	2	21	23	2	54	56
	%	8,7	91,3	100,0	3,6	96,4	100,0
PFL/DEM/ União Brasil	nº	3	44	47	3	96	99
	%	6,4	93,6	100,0	3,0	97,0	100,0

Fonte: elaborado pelos autores, com base em Brasil (s.d.).

Como é possível constatar a partir dos dados acima, os quadros de representação carlistas e lulistas durante as nove legislaturas analisadas são marcados pela baixa participação de mulheres. Ou seja, quando se investiga a composição do PFL/DEM/União Brasil e do PT, partidos de maior influência política do estado, verifica-se que a representação está centrada na eleição de homens. A diminuta presença feminina entre os representantes desses partidos reflete os índices do cenário nacional, bem como ratifica o fenômeno da histórica sub-representação de mulheres na política.

Da mesma forma, o grau de instrução dos parlamentares federais desses partidos mantém a identificação deles com segmentos privilegiados. No quadro dos representantes eleitos pelo PFL/DEM/União Brasil e pelo PT da Bahia é possível verificar a conformação deles com as elites de formação superior, ratificando a tese de que os títulos de formação superior podem influenciar positivamente no resultado eleitoral.

**Tabela 3 — Distribuição de deputados federais do PT e PFL/DEM/União Brasil eleitos pela Bahia, por escolaridade — 1990-2022**

Partido		Fundamental	Médio	Superior incompleto	Superior completo	Total
		nº	1	0	2	20
PT	%	4,3	0,0	8,6	86,9	100,0
	nº	1	3	2	41	47
PFL/DEM/União Brasil	%	2,1	6,3	4,2	87,2	100,0

Fonte: elaborado pelos autores, com base em Brasil (s.d.).

Os perfis se distanciam na medida em que no PT há uma recorrência da autodeclaração de profissões técnicas e o PFL/DEM/União Brasil conta com maior presença de empresários

Em consonância com esse princípio, verifica-se que o PFL/DEM/União Brasil e o PT da Bahia elegeram para a Câmara dos Deputados candidatos que dispunham de alto nível de escolaridade. A composição dos dois partidos é marcada pela inserção de parlamentares que contam com maior letramento escolar, mostrando que “a educação superior se constitui numa das mais importantes credenciais para o acesso aos postos de elites nas democracias ocidentais” (Perissinotto; Miríade, 2009, p. 308). No mesmo sentido, em termos de cursos de formação, verifica-se a recorrência da formação em Direito, Administração, Economia e Medicina. Esses cursos, além de carregar prestígio sócio-histórico, apresentam características técnicas que podem contribuir para a entrada no campo político.

**Tabela 4 — Área de formação superior dos deputados federais do PFL/DEM/União Brasil e PT eleitos pela Bahia — 1990-2022**

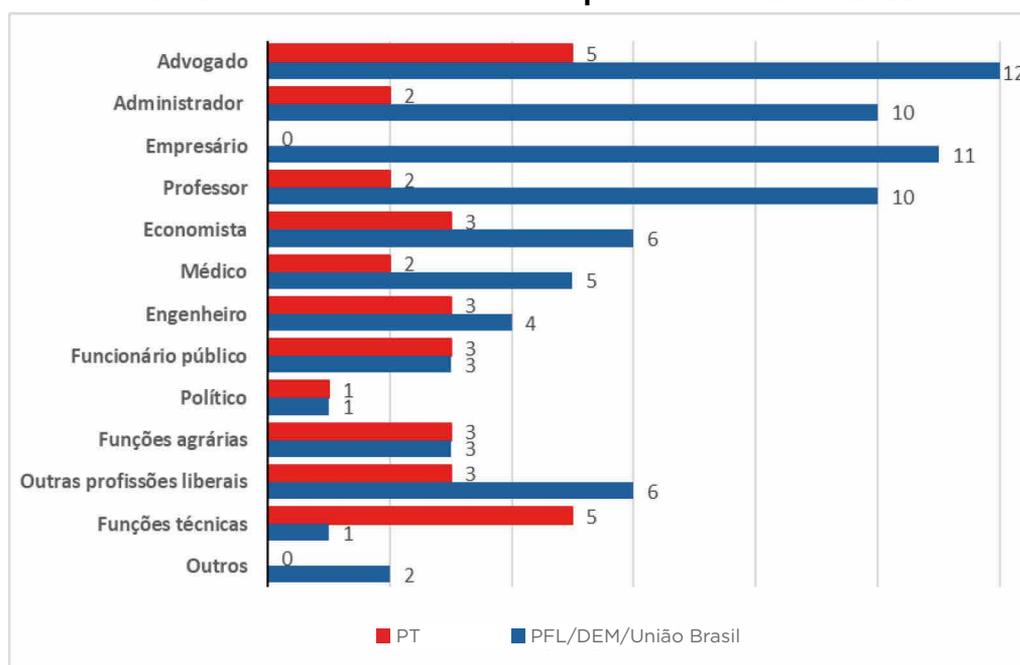
Área de formação	PFL/DEM/União Brasil		PT	
	n%	%	n%	%
<b>Administração e Economia</b>	16	34,0	5	21,7
<b>Direito</b>	13	27,7	5	21,7
<b>Medicina e Ciência da Saúde</b>	5	10,6	3	13,0
<b>Engenharias, Arquitetura e Ciências Biológicas</b>	4	8,5	3	13,0
<b>Humanidades</b>	2	4,3	2	8,7
<b>Ciências Agrárias</b>	1	2,1	2	8,7
<b>Sem curso superior</b>	6	12,8	3	13,0
<b>Total</b>	<b>47</b>	<b>100,00</b>	<b>23</b>	<b>100,00</b>

Fonte: elaborado pelos autores, com base em Brasil (s.d.).

O quadro dual evidencia uma proximidade entre os perfis dos parlamentares em questão, uma vez que os do PT se aproximam dos do PFL/DEM/União ao apresentar frequências parecidas em relação aos cursos de formação. Numa comparação direta, verificamos que os dois blocos apresentaram quadros semelhantes quanto à titulação escolar de ensino superior, em áreas que agrupam cursos tradicionais, o que tende a aumentar as chances de sucesso eleitoral (Coradini, 2012).

O quadro abaixo apresenta a distribuição geral das profissões declaradas pelos parlamentares na Câmara dos Deputados. Importante ressaltar, contudo, a existência de casos em que a profissão exercida não correspondeu à formação educacional autodeclarada e outros em que parlamentares declararam ocupações em que não atuavam. De outro modo, ressalta-se a presença de parlamentares que autodeclararam duas ou três profissões distintas, o que resultou num total de profissões superior ao de declarantes. Os 47 parlamentares do PFL/DEM/União Brasil declararam 74 profissões, enquanto os 23 parlamentares do PT proferiram 32 profissões.

**Gráfico 3 — Profissões declaradas pelos deputados federais do PFL/DEM/União Brasil e PT eleitos pela Bahia — 1990-2022**



Fonte: elaborado pelos autores, com base em Brasil (s.d.).

Os perfis profissionais ligados às diversas profissões liberais vinculadas a áreas que partilham de “alto” e “médio-alto” *status* social assemelham-se entre os dois grupos. Todavia, os perfis se distanciam na medida em que no PT há uma recorrência da autodeclaração de profissões técnicas e o PFL/DEM/União Brasil conta com maior presença de empresários. Nesse caso, o recrutamento de perfis empresariais tende a alcançar ganhos na competição eleitoral a partir da mobilização de recursos que não dependem unicamente da estrutura partidária (Rodrigues, 2002).

## 5. O PERFIL DA DUALIDADE BAIANA NO SENADO FEDERAL

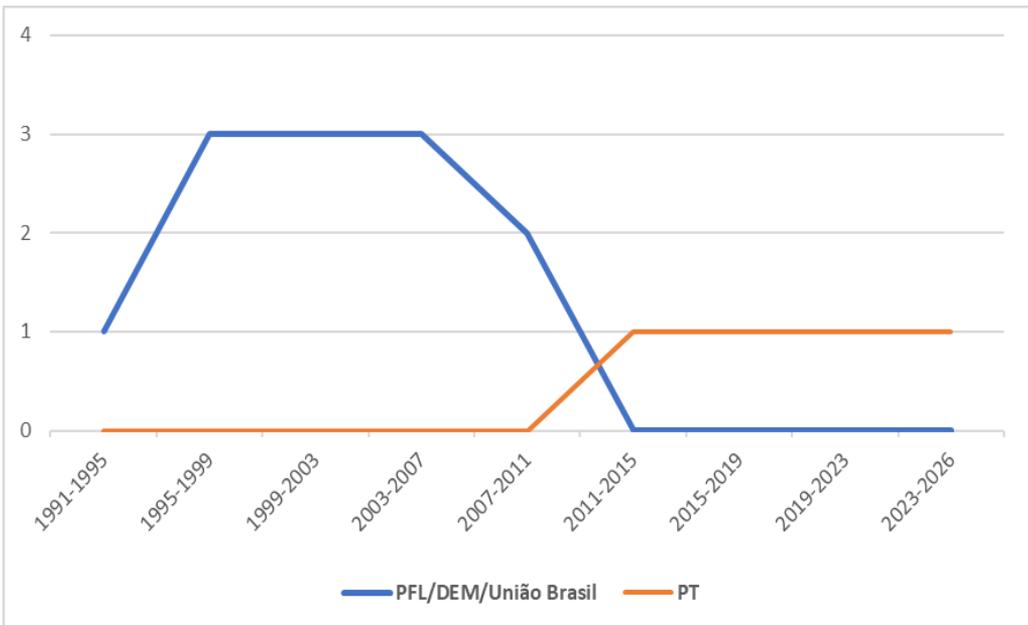
No âmbito das disputas e do perfil do Senado Federal, percebe-se, a partir das informações abaixo, que a bancada baiana que atuou durante o período contou com maioria de representantes vinculados aos partidos de centro-direita, sendo que o PFL foi o partido que mais elegeu senadores pelo estado.

Marina Silva/Correio da BA



Eleitores formam fila para votar durante primeiro turno das eleições municipais de 2024 no Colégio Estadual Rotary, maior colégio eleitoral de Salvador

**Gráfico 4 — Evolução do número de parlamentares do PFL/DEM/União Brasil e do PT na bancada baiana do Senado — 1990-2022**



Fonte: elaborado pelos autores, com base em Brasil (s.d.).

Apesar da distinção ideológica e das disputas locais, os dois grupos convergem em características sociopolíticas

Na bancada baiana do Senado, entre 1991 e 2011 o carlismo conseguiu eleger 5 senadores (PFL/DEM), que atuaram em 11 legislaturas, enquanto o lulismo elegeu 2 senadores (PT), que atuaram em 4 legislaturas. Nesse quadro o protagonismo feminino foi mais tardio, apresentando assim alta taxa de sub-representação. Na história da política baiana, o estado elegeu uma única senadora — Lídice da Mata —, no ano de 2010, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Dessa forma, é possível ressaltar a incidência das elites masculinas nos postos de representação política também na bancada baiana no Senado, mantendo-a alinhada ao quadro da representação nacional (Neiva; Izumi, 2014).

**Quadro 2 — Perfil dos senadores do PFL/DEM/União Brasil e PT na bancada baiana no Senado — 1990-2022**

Senador	Partido	Sexo	Área de formação	Ocupação profissional
ACM	PFL	Masculino	Medicina	Médico
César Borges	PFL	Masculino	Engenharia civil	Engenheiro
Josaphat Marinho	PFL	Masculino	Direito	Servidor público
Paulo Souto	PFL	Masculino	Geologia	Geólogo
Waldec Ornelas	PFL	Masculino	Direito	Advogado
Walter Pinheiro	PT	Masculino	Técnico em Telecomunicações	Técnico em telecomunicações
Jaques Wagner	PT	Masculino	Técnico em Manutenção	Político

Fonte: elaborado pelos autores, com base em Brasil (s.d.).

Os dados indicam também aqui a similaridade entre as representações, oriunda do processo de recrutamento. É possível verificar, em ambos os grupos, a eleição de senadores que se assemelham ao padrão tradicional das elites, que compreende o quadro de homens formados no ensino superior, com cursos e profissões de grande prestígio social e longa trajetória política. Todavia, há certo distanciamento quando o nível escolar é apenas técnico. Nesse cenário, o pequeno capital escolar não influenciou como limitação do sucesso eleitoral dos candidatos petistas.

Em relação à análise descritiva dos perfis sociopolíticos, é importante ressaltar algumas “armadilhas” inerentes às autodeclarações, feitas mediante subjetividades, interesses sobrepostos e relações de poder firmadas. O enunciado das profissões exercidas tende a apresentar tais contradições, como mencionamos anteriormente. Nesse sentido fica evidente que, apesar de os parlamentares não declararem a política como profissão, a experiência ad-

quirida a partir da conservação do posto de representante demonstra o contrário. Os dados a seguir descrevem o número de mandatos exercidos e os anos de carreira política anteriores à eleição para o Senado.

**Tabela 5 — Números de mandatos e anos de carreira política dos senadores eleitos pelo PFL/DEM/União Brasil e PT da Bahia antes de sua posse — 1990-2022**

Senador (PFL/DEM/União Brasil)	Nº de mandatos	Anos de carreira	Senador (PT)	Nº de mandatos	Anos de carreira
ACM	7	28	Jaques Wagner	5	20
César Borges	5	20			
Josaphat Marinho	3	12	Walter Pinheiro	5	20
Paulo Souto	2	8			
Waldec Ornelas	2	8			
<b>Média</b>	3,8	15,2	<b>Média</b>	5	20
<b>Mediana</b>	3	12	<b>Mediana</b>	5	20
<b>Desvio-padrão*</b>	1,94	7,76	<b>Desvio-padrão*</b>	0	0
<b>CV** (%)</b>	51%	51%	<b>CV** (%)</b>	0	0

Fonte: elaborado pelos autores, com base em Brasil (s.d.).

Notas:

(\*) Medida estatística que quantifica a dispersão ou a variabilidade de um conjunto de dados em relação à sua média.

(\*\*) Coeficiente de variação: corresponde a quanto o desvio-padrão representa em relação à média ( $CV = s/X \times 100$ ).

Desse modo, a eleição de carlistas e lulistas para o Senado indica um recrutamento de carreiras já consolidadas na cena política, que acumulam capital político oriundo de suas especificidades. Ademais, verifica-se que as longas trajetórias identificadas apontam para a existência do processo de profissionalização política, com carreiras estruturadas, longas e estáveis (Perissinotto; Massimo; Costa, 2017).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa procurou demonstrar a configuração dualista da representação baiana na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e da disputa ao Executivo estadual nos pleitos que se seguiram após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Tal dualismo confrontou na arena de disputa eleitoral os segmentos carlista e lulista. De ideologias políticas distintas, eles disputaram os principais cargos de representação em todas as legislaturas, oscilando em termos de sucesso.

O período de análise do trabalho se concentrou entre os anos de 1990 e 2022, com a investigação de 9 processos eleitorais. Os resultados demonstram que na Bahia foram eleitos pelo carlismo (PFL/DEM/União Brasil) 3 governadores, que exerceram 4 mandatos, e pelo

lulismo (PT) 3 governadores, que exerceram 5 mandatos. No caso da Câmara dos Deputados, verificou-se que o carlismo (PFL/DEM/União Brasil) conseguiu eleger 47 deputados, que exerceram 99 mandatos, ao passo que o grupo lulista (PT) elegeu 23 deputados federais, que exerceram 56 mandatos. Por fim, no que se refere ao Senado Federal, pode-se constatar que o carlismo conseguiu eleger 5 senadores (PFL/DEM), que atuaram em 11 legislaturas, enquanto o lulismo elegeu 2 senadores (PT), que atuaram em 4 legislaturas.

Apesar de representarem campos políticos opostos, esses partidos têm similaridade em termos de perfis representativos. As variáveis analisadas demonstram um baixo índice de sucesso eleitoral de mulheres, tanto para o governo estadual quanto para o Congresso Nacional, evidenciando um perfil representativo centrado em homens e ratificando a sobrerrepresentação política destes. Em relação ao grau de instrução, ambos os grupos apresentam alto índice de formação superior, revelando um processo de recrutamento partidário voltado para a seleção de atores que dispõem de letramento escolar acima da média da população. Tal recrutamento proporcionou, ainda, a forte presença de representantes ocupantes de profissões que gozam de prestígio social.

Diante desse cenário, foi possível aferir que, apesar da distinção ideológica e das disputas locais, os dois grupos convergem em características sociopolíticas, o que os associa ao perfil elitista dos representantes nacionais. Dado que os perfis dos representantes não se assemelham à pluralidade da sociedade, é conveniente que se preocupem em criar condições para o aumento da representação por similitude, condição básica para a ampliação da qualidade da representação política.

\* Bacharela e mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

\*\* Professor associado de Ciência Política e docente permanente nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e Política Social e Território (Posterr) da UFRB.

► Texto recebido em 8 de julho de 2024; aprovado em 31 de agosto de 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas de eleição**: resultados. Brasília: TSE, [s.d.]. Disponível em: <<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/pain%C3%A9is-de-resultados?session=207085614056555>>. Acesso em: 12 out. 2023.

CARVALHO, Daniel; SANTOS, Gervásio Ferreira dos. Ciclos políticos, socioeconomia e a geografia eleitoral do estado da Bahia nas eleições de 2006. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 109-135, jun. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-987315235407>>. Acesso em: 18 ago. 2023.

CORADINI, Odaci Luiz. Categorias socioprofissionais, titulação escolar e disputas eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 41, p. 109-122, fev. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000100008>>. Acesso em: 22 set. 2023.

DANTAS, Paulo Fábio. "Surf" nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 16, n. 39, p. 213-255, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/ccrh.v16i39.18643>>. Acesso em: 22 out. 2023.

KEY, V. O. A theory of critical elections. **The Journal of Politics**, v. 17, n. 1, p. 3-18, 1955. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.2307/2126401>>. Acesso em: 29 set. 2024.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, p. 115-134, jun. 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782003000100010>>. Acesso em: 15 set. 2022.

\_\_\_\_\_; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 363-385, dez. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2010000300003>>. Acesso em: 15 set. 2022.

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. Perfil profissional e distribuição regional dos senadores em dois séculos de história. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 84, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092014000100011>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

PEREIRA, Carla Galvão. O jogo entre elites e instituições: as estratégias políticas de ACM Neto e a tradição carlista. **Caderno CRH, Salvador**, v. 30, n. 80, p. 237-255, 2017. Disponível em: <[www.scielo.br/j/ccrh/a/PPL-BxgwXSSKt3sgVr5FP9j/abstract/?lang=pt](http://www.scielo.br/j/ccrh/a/PPL-BxgwXSSKt3sgVr5FP9j/abstract/?lang=pt)>. Acesso em: 23 out. 2023.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; MIRIADE, Angel. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. **Dados**, v. 52, n. 2, p. 301-333, jun. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582009000200002>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

\_\_\_\_\_; MASSIMO, Lucas; COSTA, Luiz Domingos. Oligarquia competitiva e profissionalização política: o caso dos senadores brasileiros na Primeira República (1889-1934). **Dados — Revista De Ciências Sociais**, v. 60, n. 1, p. 79-110, jan.-mar. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0011525820171115>>. Acesso em: 22 jun. 2023.

RIBEIRO, Ricardo Luiz Mendes. Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 49, p. 5-37, mar. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782014000100002>>. Acesso em: 25 out. 2023.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologias e composição social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 48, fev. 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000100004>>. Acesso em: 21 out. 2023.

SAMUELS, David; ZUCCO JR., Cesar. Lulismo, petismo, and the future of Brazilian politics. **Journal of Politics in Latin America**, v. 6, n. 3, p. 129-158, December 1, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1866802X1400600306>>. Acesso em: 22 out. 2023.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.